

Algumas contribuições da perspectiva filosófico-semiótica de Peirce para a análise de assunto

Some theoretical approaches from the perspective of Peirce's philosophical-semiotics to subject analysis

por Franciele Marques Redigolo e Carlos Cândido de Almeida

Resumo: Considerando os atuais estudos científicos que permeiam a Ciência da Informação e a Semiótica, destaca-se que o estudo semiótico apresenta-se relevante para a área, uma vez que os signos são interpretados de modo diferente por cada pessoa, principalmente quando são oriundos da interpretação do assunto documental, ou seja, possuidores de uma grande amplitude e diversidade. Nesse sentido, a Semiótica pode contribuir com diversas áreas uma vez que busca elementos que possibilitem a compreensão de fenômenos, de modo a conduzir uma teorização adequada a respeito das preocupações existentes nas pesquisas em organização da informação e do conhecimento. Objetivou-se, com este trabalho, apresentar uma reflexão teórica acerca da análise de assunto resgatando, para tanto, uma abordagem da Filosofia e da Semiótica de Peirce. Assim, apresentam-se algumas relações e contribuições da Filosofia e da Semiótica no tocante às questões que envolvem a análise de assunto, bem como os conceitos de hábito, experiência, representação e tipos de signos gerados nesse processo.

Palavras-chave: Análise de assunto; Catalogação de assunto; Charles Sanders Peirce; Semiótica; Filosofia de Peirce; Signos.

Abstract: In the context of current scientific studies toward Information Science and Semiotics, this study highlights that Semiotics is relevant to the field, since that signs are interpreted in different ways by each person primarily when they arise from the interpretation of documental analysis, maintaining large amplitude and diversity. In this sense, Semiotics can furnish support for several areas since it focuses on elements which enable the understanding of the phenomena, in order to guide an adequate theory about the concerns pointed by research on information and knowledge organization. This study aims to present a theoretical reflection about the subject analysis from Peirce's philosophical-semiotics approach. Thus, this study presents some relations and contributions of Semiotics on issues involving subject analysis as well as concepts of habit, experience, representation and types of signs generated in the process.

Keywords: Subject analysis; Subject cataloging; Charles Sanders Peirce; Semiotics; Peirce's Philosophy; Signs.

Introdução

A perspectiva da Semiótica, a ciência dos signos, vem contribuindo e ampliando o universo de referenciais teóricos da Ciência da Informação, uma vez que busca elementos que possibilitem a compreensão de fenômenos dessa área, de modo a conduzir uma teorização adequada a respeito das preocupações existentes nas pesquisas em organização da informação e do conhecimento.

Santaella afirma que a Semiótica peirceana não é como uma ciência aplicada, “*nem como uma ciência teórica especial, ou seja, especializada*”, entretanto afirma ser, “*uma ciência formal e abstrata, que possui um nível de generalidade ímpar*” (Santaella, 1992, p. 43).

Neste sentido, sua teoria pode ser aplicada à Ciência da Informação, bem como trazer contribuições para a organização da informação e do conhecimento. Destaca-se pelas seguintes contribuições: *a) as reflexões epistemológicas sobre os fundamentos teóricos e suas noções essenciais; b) as diversas correntes de análise temática da informação - análise documental, indexação e catalogação de assunto; c) em seus processos; d) na construção de modelos de mundo, instrumentos e produtos que operacionalizam a organização do conhecimento: tesouros, esquemas de classificação e linguagens documentais* (Almeida, 2010). Objetivou-se, com esta discussão, apresentar uma reflexão teórica acerca da análise de assunto resgatando, para tanto, uma abordagem da Filosofia e da Semiótica de Peirce, assim, apresentam-se algumas relações com questões que envolvem a análise de assunto, bem como os conceitos de hábito, experiência, representação e tipos de signos gerados nesse processo.

Com o intuito de concretizar o objetivo proposto, buscou-se destacar a problemática da análise de assunto e realçar as contribuições da Filosofia e da Semiótica de Peirce aplicadas a esta área, tratando, portanto, sobre a questão da significação e da união triádica. Buscou-se ainda algumas contribuições para o conceito deste processo interpretativo, seguido dos conceitos de hábito, experiência, representação e tipos de signos aplicados ao processo de análise de assunto.

A semiótica de Peirce

A Semiótica tem origem da raiz grega ‘*semeion*’, que significa signo, ela é definida como teoria geral dos signos e dos sistemas de signos. Atualmente, o conceito de signo está relacionado com, entre outras, duas diferentes concepções. A primeira concepção é a do linguista suíço Ferdinand de Saussure, fundador da Linguística moderna e introdutor dos princípios fundamentais da Semiologia. Saussure define-a como o estudo das leis e dos conceitos metodológicos gerais que poderiam ser considerados válidos para todos os sistemas sígnicos. Neste contexto, [Nöth](#) (2005, p. 15), discorre sobre a essência da contribuição de Saussure para a Semiótica: “é o seu projeto de uma teoria geral de sistemas de signos, que ele denominou semiologia. Um elemento básico dessa teoria é o modelo sínico de Saussure. Outros princípios importantes da tradição Semiótica saussureana é o seu dogma da arbitrariedade do signo linguístico e os seus conceitos de estrutura e sistema de linguagem. Deve-se enfatizar, porém, que as contribuições de Saussure para a linguística não podem ser delineadas em toda a sua extensão num contexto que trata da Semiótica de uma forma ampla e geral”.

Alguns aspectos fundamentais da teoria saussureana do signo podem resumir-se na questão diádica e, assim como visto em [Nöth](#) (2005), seu modelo exclui a questão do referente, pois para ele nada existe estruturalmente além do significado e do significante. Para [Nöth](#) (2005), alguns desses aspectos são: “sua estrutura bilateral, sua concepção mentalista, a exclusão da referência e a concepção estrutural da significação. Outro aspecto básico é a arbitrariedade do signo linguístico. Com essas características, a teoria sínica de Saussure é oposta tanto a modelos sínicos unilaterais como triádicos” ([Nöth](#), 2005, p. 28). Uma das objeções levantadas contra a exclusão do objeto de “referência” é que o argumento de Saussure da natureza arbitrária dos signos requer necessariamente a referência como características de objetos do mundo” ([Nöth](#), 2005, p. 28). Saussure define o signo como a união do sentido e da imagem acústica. O que ele chama de sentido é a mesma coisa que conceito ou ideia, isto é, representação mental de um objeto ou da realidade social em que nos situamos, representação essa condicionada pela formação sociocultural que nos cerca.

A segunda concepção tem origem modernamente no filósofo norte-americano [Charles Sanders Peirce](#), considerado o criador da Semiótica propriamente dita, de vertente pragmática, é a ciência geral dos signos. Peirce foi também precursor do pragmatismo, movimento originado nos Estados Unidos que, entre tantas outras coisas, buscou desenvolver uma teoria do significado ([Almeida; Guimarães](#), 2007). Peirce, em 1865, caracteriza a Semiótica, em sua primeira fase, como “a teoria geral das representações”. Já na fase posterior, Peirce aponta que a representação “é o processo de apresentação de um objeto a um intérprete de um signo ou a relação entre o signo e o objeto” ([Nöth](#), 2005, p. 37). A Semiótica peirceana é também uma teoria sínica do conhecimento, de caráter amplamente geral, uma teoria semiótica que se volta ao estudo de todo e qualquer tipo de representação. De acordo com [Mai](#) (1997b), a Semiótica peirceana lida com o problema de como o significado é derivado de um signo e transformado em outro signo.

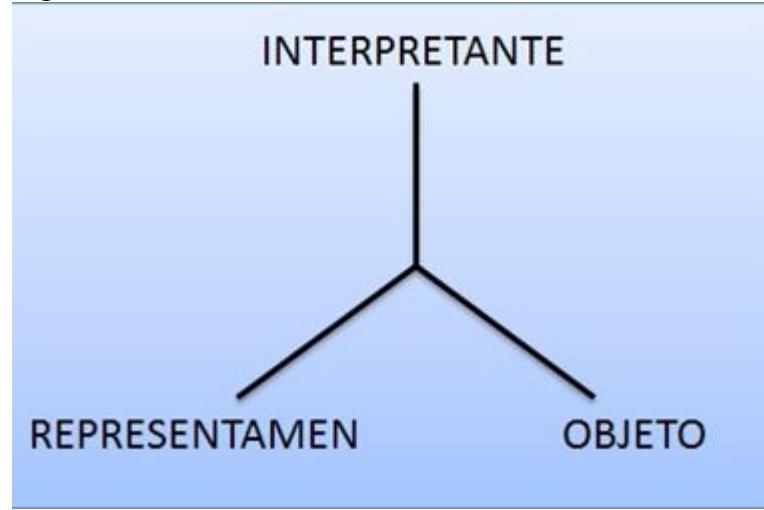
Desta maneira, a semiose pode ser considerada uma ação que envolve uma cooperação de três sujeitos, “tais como um signo, seu objeto e seu interpretante, essa tríplice influência não sendo de modo algum redutível em ações em pares. Significa a ação de qualquer espécie de signo; e minha definição confere a qualquer coisa que assim atue como título de um signo” ([Peirce](#), 1907 apud [Silveira](#), 2007, p. 34). Em outras palavras, a semiose é o processo que faz com que um signo receba significado. Sendo assim, o objeto de estudos da Semiótica é a semiose, a ação entre três elementos que envolvem processos de interpretação, representação e comunicação. Sob essa afirmativa, faz-se necessário destacar que os estudos dos signos vão além do estudo da própria linguagem e, de acordo com Peirce, cada indivíduo pode obter uma interpretação diferente diante de uma situação e, desta forma, um novo signo é desenvolvido com base em um primeiro signo.

Portanto, o signo seria algo que substitui ou representa os objetos, isto é, a realidade. Na visão peirceana, a característica básica do signo é a de poder representar as coisas ou objetos. “Para que algo possa ser um signo, esse algo deve representar, como costumamos dizer, alguma outra coisa” ou elemento ([Blikstein](#), 1938, p. 20). Os signos, para [Silveira](#) (2007, p. 21), “tomados

fenomenologicamente são infinitos, quanto mais ao se tratar dos caracteres daqueles signos utilizados por toda e qualquer inteligência capaz de aprender através da experiência, e às quais, Peirce denomina científicas". O texto peirceano, Collected Papers, em seu parágrafo 228, apresenta-nos uma conceituação sobre os signos, que pode ser conferida a seguir: "Signo ou representamen é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, no espírito dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei fundamento do representamen (Peirce, parágrafo 228, volume 2.228 apud [Silveira](#), 2007, p. 29)". Na visão de Peirce, a correlação desses três elementos: signo ou representamen, do interpretante e do objeto, cada um exercendo uma função específica, torna-se indispensável para a constituição de um signo. Desta forma, Peirce propõe as relações triádicas entre esses três elementos, que são as relações dos signos, ou representamens, com seus objetos e interpretantes (Peirce, 2000).

Um equívoco constante é compreender que signo é somente o elemento que representa um objeto do signo. E na realidade, segundo [Almeida e Guimarães](#) (2007), o signo é a união inseparável das três entidades: objeto, signo e interpretante. A relação triádica é que constitui o signo perfeito, coexistindo com as três entidades. Completando a ideia das relações triádicas, destaca-se a concepção de [Silveira](#) (2007, p. 62), "cujas relações do signo para consigo mesmo, ou relações de representamen; as relações do signo para com seu objeto dinâmico e as relações do signo com seu interpretante final". Portanto, na concepção de Peirce, signo significa esta união triádica e se diferencia dependendo da relação entre os elementos que compõem um signo e de sua ação específica (ou semiose). Destaca-se a união triádica proposta por Peirce no Modelo Y adaptado por [Mai](#) (1997a):

Figura 1: Modelo Y de Peirce



Fonte: [Mai](#) (1997a, p. 57).

É pela junção dessas categorias apresentadas acima que se formam as dez classes de signos. Quando um signo diz respeito ao signo em si mesmo, primeira tricotomia, pode ser classificado em: qualissigno, sinsigno ou legissigno. "Um qualissigno é uma qualidade do signo, não pode realmente atuar como signo até que se corporifique" (Peirce, 2000, p. 52). A característica do sinsigno restringe-se em "uma coisa ou evento existente e real, que é um signo. E só o pode ser através de suas qualidades, de tal modo que envolve um ou vários qualissignos" (Peirce, 2000, p. 52). Um legissigno é, segundo Peirce (2000), considerado como uma lei. "Normalmente, esta lei é estabelecida pelos homens. Portanto, todo signo convencional é um legissigno. Não é um objeto singular, porém um tipo geral que, tem-se concordado, e assim, será significante. Todo legissigno significa através de um caso de sua aplicação, que pode ser denominada Réplica (Peirce, 2000, p. 52)".

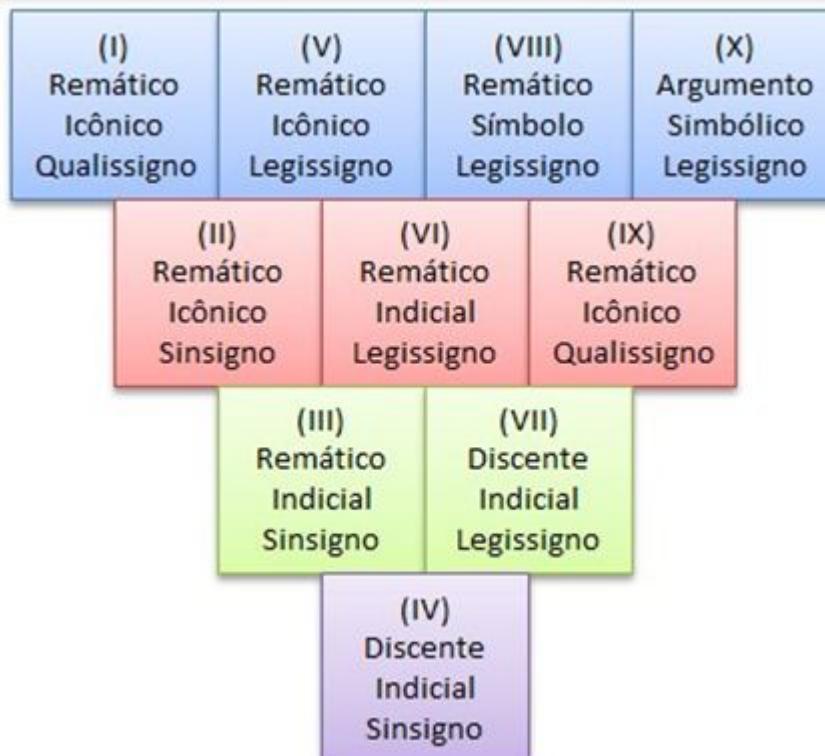
A segunda tricotomia dos signos trata da relação de um signo com o seu objeto dinâmico, o signo pode ser classificado como: ícone, índice e símbolo. A característica do ícone é definida como "um signo que se refere ao objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres

próprios, caracteres que ele igualmente possui, quer um tal objeto realmente exista ou não” ([Peirce](#), 2000, p. 52). “Um índice é um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse objeto. Portanto, não pode ser um qualissigno, uma vez que as qualidades são o que são independentemente de qualquer outra coisa” ([Peirce](#), 2000, p. 52). Para Peirce um: “Símbolo é um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o símbolo seja interpretado como se referindo àquele objeto” ([Peirce](#), 2000, p. 52).

Na terceira tricotomia, quanto à relação do signo com o(s) interpretante(s), o signo pode ser classificado como: rema, dicente e argumento. Para Peirce, rema é um “signo que, para seu interpretante e, um signo de possibilidade qualitativa, ou seja, é entendido como representando esta e aquela espécie de objeto possível. Todo rema propiciará uma informação” ([Peirce](#), 2000, p. 53). “Um signo dicente é um signo que, para seu interpretante, é um signo de existência real. Portanto, não pode ser um ícone o qual não dá base para interpretá-lo como sendo algo que se refere a uma existência real” ([Peirce](#), 2000, p. 53). Um argumento é um signo que, “para seu interpretante, é signo de lei. Podemos dizer que um rema é um signo que é entendido como representando seu objeto apenas em seus caracteres. Um argumento é um signo que é entendido como representando seu objeto em seu caráter de signo” ([Peirce](#), 2000, p. 53).

As combinações lógicas das tricotomias anteriormente citadas resultaram nas dez classes ([Peirce](#), 2000): I. Qualissigno, Icônico, Remático; II. Sinsigno, Icônico, Remático; III. Sinsigno, Indicativo, Remático; IV. Sinsigno, Indicativo, Dicente; V. Legissigno, Icônico, Remático; VI. Legissigno, Indicativo, Remático; VII. Legissigno, Indicativo, Dicente; VIII. Legissigno, Simbólico, Remático; IX. Legissigno, Simbólico, Dicente; X. Legissigno, Simbólico, Argumental. A seguir, apresenta-se o esquema das relações destas tricotomias em classes de signos.

Figura 2: Quadro triangular de Peirce



Fonte: [Peirce](#) (2000, p. 58).

Devido aos propósitos deste artigo, as dez classes de signos não serão vistas em detalhes. Porém é suficiente argumentar que a formação e a classificação das classes fundadas nas três tricotomias de Peirce possuem uma aplicação teórica e de cunho esclarecedor à medida que podem aclarar o processo de análise de assunto.

Contribuições peirceanas para a análise de assunto

O tratamento documentário abrange uma dicotomia entre o tratamento temático (*conteúdo da informação*) e o tratamento descriptivo (*suporte material da informação*). Porém, este artigo, deter-se-á ao tratamento temático do documento e, desta forma, torna-se pertinente dar destaque à conceituação de Barité (2001, p. 38) sobre a área do tratamento temático da informação, pois expõe que esta “*passa pela identificação, o processamento e a disponibilização do conteúdo informacional dos documentos*” e assim, objetiva proporcionar condições para efetuar as operações de representação e de acesso à informação. Assim como proposto, pretendeu-se identificar algumas contribuições da Filosofia e da Semiótica com questões que envolvem a análise de assunto.

Com o objetivo de descrever o conteúdo dos documentos, a análise de assunto consiste na ação de representar seu conteúdo, de forma que se consiga descrever seu assunto da melhor maneira, tornando possível e viável a recuperação do documento pelo usuário final (Fujita, 2003). Para o desenvolvimento desta reflexão, toma-se a análise de assunto como corrente teórica com base em reflexões anglo-saxônica, “*norteada pelos princípios da catalogação alfabética de Cutter e da tradução dos cabeçalhos de assunto da Library of Congress, cuja ênfase está no catálogo como produto do tratamento da informação nas bibliotecas*” (Guimarães; Moraes; Guarido, 2007).

Alguns teóricos debatem sobre a análise de assunto e quais são as etapas que compõem esse processo. Sendo que alguns autores discutem sobre sua formação por duas etapas, assim como definem Lancaster (2004) e Taylor (1999), a análise conceitual e a tradução dos conceitos. Porém, outros especialistas destacam as etapas envolvidas nesse processo como sendo três: leitura, identificação e seleção de conceitos, tal como entendem Hovi (1989), Sauperl (2002), International Organization for Standardization 5963 (1985), Dias; Naves (2007), Fujita (2003), Redigolo (2010), Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992), dentre outros. Em contrapartida, Mai (1997b) relaciona quatro elementos como pertencentes às etapas da análise de assunto: um elemento é o documento físico em análise; o segundo elemento é o assunto; o terceiro é a descrição formal do assunto e o quarto elemento é a entrada do assunto que foi construído na linguagem de indexação ou sistema de classificação, na forma de termos de índice, uma marca de classe ou um título.

O processo da análise de assunto, independentemente de sua divisão, sob o ponto de vista dos sistemas de informação, torna-se relevante e essencial, pois é a partir dela que se obterão resultados em uma estratégia de busca. É válido afirmar que a recuperação da informação dependerá do desempenho desse processo, além da elaboração das estratégias de busca. Logo, a análise de assunto, está diretamente ligada ao desenvolvimento de uma unidade informacional. Langridge (1989) expõe que nenhum sistema de recuperação de informação pode ser melhor que a análise de assunto que nele é realizada. E dessa forma a qualidade dos produtos (*catálogos, índices, etc.*) vai depender em grande parte da competência com que o trabalho de análise de assunto for realizado.

Sob a perspectiva conceitual de Naves (2001, p. 190), é creditada ao catalogador a responsabilidade “*por todo o processo de descrição do assunto, pois é dado a ele, em grande parte, o sucesso ou o insucesso de um sistema de recuperação da informação*”. Para Albrechtsen (1993), a expressão “análise de assunto” envolve o conhecimento do conteúdo dos documentos e a determinação de suas características significantes. No contexto da catalogação de assunto, o catalogador é tido como o profissional “*que determina os cabeçalhos de assunto ou descriptores para o documento*” (Fujita; Rubi; Bocatto, 2009, p. 33). Pode-se dizer que o catalogador tem como objetivo principal representar o conteúdo de um documento, sem deixar que lhe escape nenhum tópico importante para que seja possível sua recuperação. Este processo tão significativo de representação do conteúdo documental para a recuperação da informação é o que torna a indexação e a catalogação de assunto atividades subjetivas, pois cabe ao catalogador realizar análises críticas.

Deste modo, como os signos são uma ação interpretativa entre três elementos: signo, objeto e interpretante, a análise de assunto, do ponto de vista da Semiótica, também pode ser relacionada como um processo interpretativo, pois dependerá do envolvimento e da experiência do

catalogador com o assunto, tornando-se uma atividade de alta subjetividade. Mai (1997b) destaca que os elementos subsequentes ao processo de análise de assunto são baseados em interpretações. Para o autor, existe um maior grau de subjetividade no início do processo, sendo que este primeiro elemento é o de análise ou leitura. Sobre a questão interpretativa, salientam-se as três concepções de Albrechtsen (1993), que discute três pontos de vista diferentes, relacionados à compreensão do tipo de informação documental utilizadas pelo catalogador de assunto: “*Concepção simplista vê os assuntos como entidades absolutas objetivas que podem ser derivadas como abstrações linguísticas diretas de documentos ou resumidas. De acordo com esta concepção, a indexação pode ser totalmente automatizada. A concepção simplista da análise de assunto vê os assuntos como abstrações diretas dos documentos*”.

A segunda concepção apresentada por Albrechtsen (1993, p. 223) é a orientada ao conteúdo: “*envolve uma interpretação dos conteúdos dos documentos que vão além do léxico e algumas vezes da estrutura superficial gramatical. Baseia-se tanto nas informações explícitas quanto nas implícitas presentes nos textos. A análise de assunto focaliza o documento como uma fonte isolada de conhecimento, embora o indexador seguindo esta concepção possa considerar o contexto do documento. E a concepção orientada à necessidade vê as entradas de assunto como instrumentos para a transferência de conhecimento. De acordo com esta concepção, os documentos são criados para a comunicação do conhecimento, e as entradas de assunto deveriam ser feitas para funcionar como instrumentos para mediar e traduzir este conhecimento visível para quaisquer pessoas interessadas. A análise de assunto, baseada na necessidade, vincula um foco diferente da análise de assunto orientada ao conteúdo*”. Dessa forma, as concepções de análise de assunto são orientadas a vários aspectos relacionados, tanto para abstrações diretas do assunto dos documentos, orientada tanto ao conteúdo, quanto para as necessidades da demanda. De acordo com Mai (1997b), pode-se concluir que o processo de análise de documentos está baseado no texto em si ou no mundo subjetivo do catalogador e que a análise pode ser baseada apenas em conceitos, no texto, nos significados implícitos do texto ou nas necessidades dos futuros usuários. Além disso, Mai destaca que as atividades dos estudiosos de informação são muito mais complexas do que simplesmente descrever a necessidade de um determinado assunto. Por isso, determinar o assunto de um documento torna-se uma atividade complexa e que exige atenção, conhecimento prévio, habilidade no uso de instrumentos, entre outros fatores, para que se possa realizá-la de forma satisfatória.

A análise de assunto assume papel primordial no processo de mediação, agindo como um elo entre a informação documental e o usuário, visando, assim, a recuperação da informação, pois a sua essência baseia-se na organização e tratamento para a representação da informação, a fim de que seu uso seja voltado para a comunidade usuária de modo que as informações contidas no documento sejam disponibilizadas ao acesso de forma otimizada. Porém, considera-se relativo para o catalogador medir a necessidade de interpretação do usuário e aplicar esses aspectos na representação. As dificuldades e limitações apresentadas pelos catalogadores na representação documentária sugerem refletir sobre a importância de estudos do tratamento temático da informação e a sistematização da atividade mediante o uso da linguagem documentária adequada, a análise do contexto sociocognitivo do catalogador, do seu conhecimento prévio e da política de indexação. Em suma, após abordar sobre a análise de assunto e sua problemática, faz-se necessário destacar elementos da Filosofia e Semiótica peirceana relevantes ao contexto da análise de assunto.

Análise de Assunto na Perspectiva Peirceana

Na conceituação de Peirce (1975, p. 73), raciocinar é “*descobrir, a partir de considerações do que já sabemos, algo que não se conhece. Em consequência, o raciocínio será procedente se for levado a efeito de tal forma que nos conduza de premissas verdadeiras à conclusão verdadeira, afastadas outras possibilidades*”. A partir da visão de que o homem é um ser semiótico na medida em que todas as suas relações se constroem por intermédio de signos que o permitem agir e interagir com os demais e com o ambiente que o cerca, pode-se afirmar que o catalogador torna-se um profissional semiótico, uma vez que constrói representações documentais. Isto é, produz novos signos a partir de um documento, ou seja, os metadados. Seguindo a afirmação acima e também a conceituação de Mai (1997b), que classifica análise de assunto como processo interpretativo gerador de novos signos a partir de signos iniciais, que também podem ser

descritos como o conteúdo documental. E assim, vale utilizar a concepção de [Peirce](#) (1975) de que mente é tudo o que advém de experiências e hábitos. No entanto, pode-se afirmar que a análise de assunto está sujeita a um grande nível de interpretação pelo catalogador, pois este será um filtro o qual utilizará muitos fatores internos e sofrerá influência também de fatores externos para determinar o assunto representativo de um documento.

Para [Silveira](#) (2007, p. 50), “*nada garante que haverá um dia uma interpretação definitiva, nem que somente venha a haver uma única interpretação*”. Porém, Silveira ainda afirma que a busca da interpretação deve ser contínua e ilimitada, assim aplica-se também a interpretação para a análise do documento, pois os fatores inerentes a este processo são variáveis, como se pode observar na citação do próprio autor: “*mas se a busca de interpretação verdadeira se fizer continuamente, sempre se subentendendo as concepções, ao teste de experiência, os erros tenderão a ser eliminados e as interpretações estarão convergindo para sua verdade, como melhor adequação da conduta do fenômeno, tomando como seu objeto de investigação* ([Silveira](#), 2007, p. 50)”. De acordo com [Pinto](#) (1996), a palavra interpretante “*não deve ser confundida com intérprete, nem com interpretação (isto é, o processo de interpretar)*”, além disso, o autor menciona que “*entende-se o interpretante como um conteúdo objetivo que se depreende da referência que o signo faz a seu objeto e somente nesse sentido pode ser visto como uma interpretação*” ([Pinto](#), 1996, p. 29). Além disso, outras contribuições relacionadas à perspectiva da Filosofia e Semiótica de [Peirce](#) podem esclarecer a discussão da análise de assunto.

Hábito e Análise de Assunto

Para iniciar alguns apontamentos acerca da visão peirceana aplicada à análise de assunto, vale destacar que uma das dificuldades presentes neste processo são os hábitos ou tendências adquiridas pelo profissional. A questão do hábito está mais ligada com a Filosofia de Peirce do que com a própria Semiótica. O hábito pode ter uma origem cognitivista, pois envolve questões referentes à mente humana, tais como raciocínio, armazenamento de informação e interpretação. Sendo assim, o hábito é indispensável para qualquer atividade humana e congrega atos sociais, tornando-se uma cadeia interpretativa. Para [Farias](#) (1999, p. 12), hábitos seriam: “*tendências adquiridas para comportar-se de forma similar sob as circunstâncias similares no futuro. Ainda torna-se importante frisar de que o conceito peirceano de hábito não está necessariamente ligado a processos conscientes e muito menos se restringe apenas a seres humanos ou vivos*”. Na concepção de Peirce e ainda apoiando-se na conceituação de [Farias](#) (1999), hábito consiste em acumular conhecimento que se concretizará no futuro. A forma ou o mecanismo como o catalogador determina o assunto refere-se ao hábito que o força a agir, é o que move o profissional a proceder de certa maneira. Pode-se afirmar que o hábito em ação é o que determina o fazer do catalogador, podendo ser classificado como uma predisposição para agir, isto é, interpretar o assunto de um documento. No contexto do catalogador, o hábito passa a ser interpretativo e o próprio ambiente de trabalho o condiciona a esse sentido.

Diante dessa afirmativa, vale ressaltar ainda que por muitas vezes a falta de manuais e também e a precariedade na formação dos bibliotecários, não permitem que carreguem consigo essas noções prévias sobre a análise de assunto ou aperfeiçoem seus hábitos. Portanto, para a formação de hábitos: “*qualquer tipo de sistema deve ser considerado, a princípio, como potencial usuário de signos. Devemos partir da hipótese de que todo e qualquer sistema deve possuir certa tendência para adquirir hábitos, embora alguns destes sistemas possam estar paralisados por hábitos fixos e rígidos. Esta rigidez dificultaria enormemente (ou mesmo impediria) a ação do signo, o que faz com que tais sistemas não possam ser considerados como usuários de signos* ([Farias](#), 1999, p. 14)”. [Peirce](#) (1975, p. 88) expõe que a força do hábito fará: “*muitas vezes, com que o homem mantenha velhas crenças, mesmo depois de adquirir condição de perceber que elas são desprovidas de base sólida. A reflexão permitirá, entretanto, domínio sobre esses hábitos e o homem deve conceder à reflexão o seu peso total. As pessoas se recusam, por vezes, a proceder assim, tendo ideia de que as crenças constituem um todo que elas não podem imaginar que se apoie no nada*”.

A partir das considerações de [Farias](#) (1999) e de [Peirce](#) (1975), faz-se pertinente destacar também o ponto de vista de [Santaella](#) (1992, p. 79) sobre a quebra de paradigmas e mudança de hábito que, “*onde quer que haja tendência para aprender, processos autocorretivos, mudanças*

de hábitos, onde quer que haja ação guiada por um propósito, aí haverá inteligência". Diante dessa explanação, mostra-se necessário aprofundamento e reflexões, buscando-se quebra e autocorreção das tendências e hábitos adquiridos, não somente pelos profissionais, mas também pelos teóricos da área. Desta forma, reforça-se a necessidade de se discutir a análise de assunto, bem como, os condicionantes deste processo.

A Experiência Colateral na Análise de Assunto

Outra exemplar contribuição peirceana e que se aplica diretamente na análise de assunto é a noção de experiência. Peirce antecipa que a experiência é um fator corretivo ao pensamento e que o universo da experiência fenomênica identifica-se com a experiência cotidiana. Para este contexto, é lícito compreender que: *"o curso temporal da experiência como resultado cognitivo do viver, traduz-se na aquisição de terceiridade, ou seja, de mediações cuja tessitura frente ao mundo, como vimos, se confunde com a própria concepção de ego, instância das generalizações a partir da factualidade individual da segundidade, da pluralidade experienciada que constitui o não-ego. Parece também que a experiência estrutura um vetor direcionado à terceiridade, na sua força compulsiva de fazer pensar que, expressa em representações gerais que constituem o pensamento (Ibri, 1992, p. 15)"*.

Ainda na concepção de *Ibri* (1992, p. 28), como o *"sujeito do pensamento, a experiência o conduz à tarefa de reunir a multiplicidade na unidade, sintetizando sob um mesmo modo de ser as individualidades do sujeito e do objeto, subsumidos à mesma categoria que recebe, em seu interior, a concepção metafísica da existência"*. Para o autor a experiência, deve ser tomada como um fator corretivo ao pensamento, *"e esta característica, reconhecida por Peirce, é um dos pilares de toda a sua Filosofia"* (*Ibri*, 1992, p. 5). Considera-se que, no contexto profissional, experiência pode ser vista tradicionalmente como acúmulo de conhecimentos, ou seja, de acontecimentos de uma determinada atividade. Porém, na percepção Filosófica de Peirce, trata-se de experiência colateral ou como ela é vivida diretamente pelo catalogador no momento da representação do assunto. Para *Ibri* (1992, p. 23), *"a experiência parece sugerir sua unidade, num convite quase irrecusável de pensar a realidade"*. Portanto, o catalogador necessita da obtenção de experiência colateral sobre as áreas de atuação em seu ambiente de trabalho, pois é indispensável que domine os referentes dessas áreas de conhecimento.

Muitas vezes o profissional possui um envolvimento direto com a área, o que o torna proficiente em determinados assuntos. É o caso de profissionais que atuam, por exemplo, em bibliotecas especializadas. Além do domínio das áreas de atuação, a proficiência leva o catalogador, por muitas vezes, a não refletir mais sobre a atividade desenvolvida (Redigolo, 2010), o que gera, entre muitas consequências, a não evolução das técnicas e o não aprimoramento dos hábitos. Tratando-se da criação de signos por meio da experiência, vale salientar que pelas diretrizes que respaldam a análise de assunto serem vagas e insuficientes, forçam o bibliotecário a desenvolver habilidades próprias. E, assim, faz-se eminente a utilização da afirmativa de *Blikstein* (1938), as práticas que modelam a percepção/cognição e geram/constroem a significação do mundo.

O estudo de *Moura, Silva e Amorim* (2002) partiu da necessidade de investigar a ação do catalogador, verificando a influência das experiências e do conhecimento dos indivíduos no processo, porém os resultados não demonstraram outras pontes com a Semiótica peirceana além da discussão da análise de assunto a partir do conceito de semiose. Reconhecendo esta interlocução, torna-se pertinente destacar que a problemática da análise de assunto passa a ser também um problema semiótico, pois para se chegar à representação final de um documento é necessário passar por um mecanismo intelectual que envolve questões de interpretação e inferência pelo profissional, além do conhecimento prévio e de mundo, pois os signos podem ser considerados um produto que se forma na mente por meio de uma cadeia de relações triádicas.

A Representação

Muitas são as características que podem envolver o processo de análise de assunto, ou seja, que influenciam neste processo de representação da informação. Sobre o conceito de representação, *Peirce* (2000, p. 61) expõe que representar significa uma substituição: *"estar em lugar de, isto é, estar numa tal relação com um outro que, para certos propósitos, é compreendido por alguma*

mente como se fosse a outra coisa". Quando se deseja distinguir entre aquilo que se representa e o ato ou a relação de representação, pode-se denominar o primeiro de "representamen" e o último de "representação".

Na conceituação de [Ibri](#) (1992, p. 9) a interpretação “vivenciada da experiência, com o seu entretecimento geral e na sua identidade como o ego, sugere que Peirce irá estabelecer, de um lado, uma identidade entre a ideia do homem e a ideia de representação”; de outro lado, a experiência, “configurará o universo da segunda categoria, tornando-se fundamento central para o pensamento”. A representação não é: “redutível a qualquer multiplicidade de individuais que seja, uma vez que, como elemento mediático na consciência, tem um potencial preditivo e, de outro lado, como generalidade real, subsumirá a conduta futura dos individuais existentes. Esta extensionalidade da representação geral para um futuro, seu esse in futuro, fará ter um caráter potencial, distinto dos individuais que representa pela atualidade desses últimos ([Ibri](#), 1992, p. 36)”. [Noth](#) (2005) sustenta que o signo não representa um elemento, mas a ligação entre duas ideias: uma da que representa (*documento*), outra do objeto representado (*representação*). O conceito de semiose sintetiza as preocupações de Peirce com a natureza evolutiva dos signos e seus interpretantes. Assim, o controle conceitual de um signo seria um estado almejado, mas soaria como anormalidade do ponto de vista do processo sínico.

Em outras palavras, por semiose, concebe-se amplamente o processo infinito pelo qual, mediante sua relação com o objeto, o signo produz um interpretante que, por sua vez, é um signo que produz outro interpretante e assim por diante. Para [Pinto](#) (1996, p. 49) a semiose: “é comandada, em última análise, por uma causa final, constituindo, assim, um processo télico, na medida em que tende (sem nunca chegar) para uma representação perfeita do objeto (o que poderia ser chamado de verdade Semiótica). Em outras palavras, haveria um estágio “final” nessa cadeia em que o signo seria idêntico ao objeto (tudo isso é dito no futuro do pretérito por ser uma possibilidade, como vimos) ([Pinto](#), 1996, p. 49)”. A questão da aplicação da semiose ilimitada de Peirce está baseada no entendimento de que, “como um novo signo é desenvolvido com base em um primeiro signo” ([Mai](#), 1997b, p. 64). Este processo continuará infinitamente, um novo ou mais desenvolvido signo sempre será produzido quando um primeiro signo é interpretado.

E assim, utilizando-se da concepção de semiose e adequando-a a ideia do processo de análise de assunto, argumentaríamos que a primeira etapa, a análise do documento, desenvolve um novo signo, sendo que, este novo signo é sujeito do documento (a primeira percepção do documento); além disso, o entendimento do assunto do documento desenvolve ainda outro signo, que é a descrição do assunto; e por sua vez, este produz outro signo, ou seja, a entrada de assunto. O objeto, por outro lado, vai mudar para se tornar um novo objeto para cada elemento no processo. O que para o primeiro elemento do processo é o objeto não é provável que seja o objeto para o elemento seguinte, reportando-se, então, à ideia da representação documental. Dessa maneira, trazendo a noção de representação da Semiótica para a Organização da Informação, os catalogadores poderão pensar de que modo as representações são mais justas e, assim, mediar a informação, sendo que a representação é este meio entre o usuário e a informação. Portanto, a representação é a chave para a recuperação e a disseminação efetiva da informação ([Miranda](#), 2007).

Tipos de Signos Gerados no Processo de Análise de Assunto

Refletindo sobre a abordagem teórica das classes de signos de Peirce, interpretada por [Mai](#) (1997b) e também discutidas por [Almeida](#) (2010), foi possível associar as etapas da análise de assunto à interpretação, descrevendo, assim, a natureza e origem sínica dos elementos resultantes do processo da análise de assunto. As três tricotomias dos signos, exposta anteriormente, quando em conjunto, “proporcionam uma divisão dos signos em dez classes, das quais numerosas subdivisões têm de ser consideradas” ([Peirce](#), 2000, p. 55). É propício argumentar que a sua formação e a classificação entre as três tricotomias de Peirce possuem uma aplicação teórica e de cunho esclarecedora à medida que pode classificar processos, dando significado e, assim, esclarecendo as suas origens teóricas. Como se percebe no texto de [Mai](#) (1997b) e de [Almeida](#) (2010).

Mai (1997b) aproxima as classes de signos de Peirce, um conjunto de dez classes, aos tipos de estados mentais de um catalogador para o desenvolvimento da análise de assunto, chegando ao seguinte resultado: o documento, primeira representação em contato com o catalogador, é classificado como: a) argumento, pois baseado na teoria peirceana, considera-se todo documento uma argumentação, pois seus resultados se relacionam com o raciocínio; b) o assunto tem a natureza de um símbolo dicente. O assunto é de ordem da ficção ou da existência, que possui uma associação de ideias reais, possíveis de serem interpretadas; c) a descrição do assunto, terceiro elemento e produto do processo de análise de assunto, comporta-se como um legissigno indicial dicente, pois é uma lei elaborada pelos homens a partir de um texto em seu contexto, resultando em uma elaboração de um pensamento e na interpretação da informação; d) a entrada de assunto foi classificada como um legissigno indicial remático, visto que, a partir de uma elaboração do pensamento produz um objeto relacionado com o texto e seu contexto e assim resultando na representação do documento analisado (Almeida, 2010).

Sob a visão semiótica de extração peirceana, o processo de descrição do assunto é objeto do processo de análise e é considerado como um signo. Para o processo de descrição do assunto, representamen é o assunto e o interpretante é a descrição do assunto. Para o processo de análise de assunto, o representamen é a descrição do objeto e o interpretante é a entrada de assunto. Os objetos dos processos são o conjunto de ideias e significados associados, respectivamente, o assunto e a descrição do assunto (Mai, 1997b). A partir da comparação com as dez classes de signos da Semiótica peirceana foi possível desvendar a natureza sínica dos elementos resultantes, assim como se observou em Mai (1997b) e Almeida (2010).

Considerações finais

O caráter interdisciplinar da Ciência da Informação a possibilita receber colaborações teóricas advindas da Semiótica. Nota-se que os estudos e às reflexões da organização da informação tem-se dado um espaço marginal à teoria dos signos, a qual responderia, entre muitos aspectos, aos questionamentos da Ciência da Informação sobre o funcionamento da mente humana, a interpretação, a representação, a significação, dentre outros aspectos (Almeida; Guimarães, 2007). Sendo assim, faz-se pertinente voltar os esforços na busca de contribuições teóricas que maximizem os potencias da análise de assunto, bem como buscar diretrizes teóricas da Semiótica que se apliquem a esta área, pois são muitos os caracteres semióticos que podem envolver o processo de análise de assunto, desvendando-se suas origens teóricas. Notou-se, o quão vasto são os princípios orientadores para a análise de assunto, como hábitos e experiências na representação e também a sua origem sínica.

As aproximações semióticas possibilitaram observar a análise de assunto sob uma nova ótica, como um processo interpretativo que passa por um filtro intelectual do catalogador, ficando vulnerável a questões cognitivas, filosóficas e semióticas, tais como os hábitos e a experiência. Muitos são os elementos que envolvem da análise de assunto e que condicionam o seu produto resultante, incluindo a inferência do profissional. Por consequência, o catalogador não trabalha em completa neutralidade nas decisões que envolvem a representação documental, estando sujeito a sua maneira de interpretação e a sua experiência colateral que comprovam seus hábitos ao determinar a representação. Portanto mostram-se necessários aprofundamentos e reflexões, buscando-se quebra e autocorreção das tendências e hábitos adquiridos. Nesse sentido, é indispensável que o catalogador possua experiência colateral e que domine os referentes das áreas do conhecimento em que atua. Em suma, vários são os fatores que influenciam os catalogadores na representação, principalmente a interpretação vivenciada pela experiência, os hábitos e também a escassez teórica acerca da análise de assunto, o que implica diretamente na importância de estudos para o tratamento temático da informação, principalmente em sua origem, pois trata-se de processos compostos por elementos subjetivos e carente de bases teóricas e metodológicas norteadoras.

Referências Bibliográficas

ALBRECHTSEN, H. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. *The indexer*, v. 18, n. 4, p. 219-224, oct. 1993.

ALMEIDA, C. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Peirce e a ciência da informação: considerações preliminares sobre as relações entre a obra peirceana e a organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, VIII, 2007, Salvador. Anais... Salvador: PPGCI/UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--200.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2010.

ALMEIDA, C. C. de. Sobre o pensamento de Peirce e a Organização da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XI, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ENANCIB, 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/185>>. Acesso em: 25 out. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12676: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992. 4 p.

BARITÉ, M. G. Organización del conocimiento: um nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentación. In: CARRARA, Kester (org.). Educação, universidade e pesquisa. III Simpósio em Filosofia e Ciências Marília. São Paulo: Unesp-Marília-Publicações, Fapesp, 2001.

BLIKSTEIN, I. Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. Análise de assunto: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007. 116p.

FARIAS, P.L. Semiótica e Cognição: Os conceitos de hábito e mudança de hábito em C.S. Peirce. *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, v.1, n.1 p. 12-16, 1999. Disponível em:

<http://es.scribd.com/thaynara_prado/d/73937801-F-FARIAS-P-1999-Os-conceitos-de-habito-e-mudanca-de-habito-em-Peirce>. Acesso em: 10 set. 2010.

FARROW, J.F. A cognitive process model of document indexing. *Journal of Documentation*, n. 47, v. 2, p. 149-166, 1991.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.1, n. 1, jul. 2003. Disponível em:

<http://es.scribd.com/thaynara_prado/d/73937801-F-FARIAS-P-1999-Os-conceitos-de-habito-e-mudanca-de-habito-em-Peirce>. Acesso em: 11 abr. 2006.

FUJITA, M.S.L.; RUBI, M.P.; BOCATTO, V.R.C. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre a indexação e catalogação de assunto. In: FUJITA, M.S.L. (Org.). A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.

GUIMARÃES, J.A.C.; MORAES, J. B. E. ; GUARIDO, M. D.M. Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. In: Francisco Javier García Marco (Org.). Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en entorno digital. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2007, p. 93-100.

HOVI, I. The cognitive Structure of Classification Work. In: Information, Knowledge, Evolution: Proceedings of the Forty-Fourth FID Congress Held in Helsinki, Finland, 28 aug.-1sep. 1989. Edited by Sinikka Kosskiala and Ritva Launo. Amsterdam: North Holland, 1989.

IBRI, I.A. Kós mos Noetos: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Perspectiva, Holon, 1992. (Coleção estudos; v. 130).

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 5963 – Documentation – Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms. Genebra : ISO, 1985.

LANCASTER, F.W. Indexação e resumos: teoria e prática. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2 ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANGRIDIGE, D. Subject Analysis: Principles and Practice. London: Bowker-Sour, 1989.

MAI, Jens-Erik. The Concept of Subject in a Semiotic Light. *Digital Collections: Implications for Users, Funders, Developers and Maintainers*. Proceedings of the ASIS Annual Meeting, v. 34, 54-64, 1997a. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/jemai/Papers/1997_TheConceptOfSubjectInASemioticLight.pdf>. Acesso em: 04 de set. 2010.

MAI. J.E. The concept of subject: on problems in indexing. In: McILWAINE, I.C. (ed.). Knowledge organization for information retrieval: 6th International Study Conference on Classification Research. The Hague: FID, 1997b. p. 60-67. (FID,

n. n. 716). Disponível em <http://individual.utoronto.ca/jemai/Papers/1997_TheConceptOfSubjectOnProblemsInIndexing.pdf>. Acesso em 11 de ago. 2010.

MIRANDA, M.L.C. Organización y representación del conocimiento: fundamentos teóricos y metodológicos para la recuperación de la información em entornos virtuales. In: VII CONGRESSO ISKO-ESPAÑA. La interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico. León: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, 2007.

MOURA, M. A.; SILVA, A. P.; AMORIM, V. R. A concepção e o uso das linguagens de indexação face às contribuições da Semiótica e da Semiólogia. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, PB, v. 12, n. 1, p. 1-22, 2002. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/160>>. Acesso em: 01 out. 2010.

NAVES, M. M. L. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 189-203, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/viewarticle.php?id=361&layout=abstract>> Acesso em: 18 jun. 2007.

NÖTH, W. Semiótica do século XX. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2005. p. 13-46.

PEIRCE, C.S. Collected Papers of Charles S. Peirce. 8 v. Cambridge, MA. Harvard Univ. Press.

PEIRCE, C.S. Semiótica e Filosofia. São Paulo: Cultrix, 1975.

PEIRCE, C.S. Semiótica. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PINTO, J. Semiótica e informação. Perspectiva em Ciência da Informação, v.1, n.1, p.87-92, jan./jun.1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/242>>. Acesso em: 22 de nov. 2010.

REDIGOLO, F.M. O processo de análise de assunto na catalogação de documentos: a perspectiva sociocognitiva do catalogador em contexto de Biblioteca Universitária. 2010. f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SANTAELLA, L. A assinatura das coisas. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SAUPERL, A. Subject determination during the Cataloging Process. Boston: The Scarecrow Press, 2002. 173 p.

SILVEIRA, L.F. Curso de semiótica geral. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

TAYLOR, Arlene G. The organization of Information. Englewood, Colo.: Libraries Unlimited, 1999.

Sobre o autor / About the Author:

1) Franciele Marques Redigolo e 2) Carlos Cândido de Almeida

francieleredigolo@gmail.com e carlosalmeida@marilia.unesp.br

1) Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP / Marília. 2) Professor Assistente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP / Marília